

# RESOLUÇÃO Nº 11/2011

(Publicada no Diário Oficial de 04/05/2011)

Retificada pela Resolução nº 77/20.

## Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à DOMÍNIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.

**O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso da competência que lhe confere o artigo 46 do inciso I, do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE e do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000 e considerando o que consta do processo SICM 1100100001116,

### RESOLVE:

**Art. 1º** Conceder à DOMÍNIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA., CNPJ nº 13.144.841/0001-14 e IE nº 011.541.729NO, instalada no município de Feira de Santana, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

**I** - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de confecções, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir do 1º de maio de 2011.

**Nota:** A redação atual do inciso I do art. 1º foi dada pela Resolução nº 77 de 15/12/2020, DOE de 22/12/2020, alterando o prazo de fruição dos benefícios para 15 (quinze) anos, contado a partir de 1º de maio de 2011, mantidos os demais artigos, efeitos a partir de 22/12/2020.

#### Redação originária, efeitos até 05/04/13:

"I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de confecções, com prazo contado a partir de 1º de maio de 2011 até 31 de dezembro de 2020."

**II** - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

**a)** pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado e;

**b)** nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

**Art. 2º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Sala de Sessões**, 26 de abril de 2011.

**JAMES SILVA SANTOS CORREIA**  
Presidente